



Não Vim Destruir a Lei

Não penseis que eu tenha vindo destruir a lei ou os profetas: não os vim destruir, mas cumpri-los: — porquanto, em verdade vos digo que o céu e a Terra não passarão, sem que tudo o que se acha na lei esteja perfeitamente cumprido, enquanto reste um único iota e um único ponto. (S. MATEUS, cap. V, vv. 17 e 18.)

Moisés

Na lei mosaica, há duas partes distintas: a lei de Deus, promulgada no monte Sinai, e a lei civil ou disciplinar, decretada por Moisés. Uma é invariável; a outra, apropriada aos costumes e ao caráter do povo, se modifica com o tempo. (1)

A lei de Deus está formulada nos dez mandamentos seguintes:

- I.** Eu sou o Senhor, vosso Deus, que vos tirei do Egito, da casa da servidão. Não tereis, diante de mim, outros deuses estrangeiros. — Não fareis imagem esculpida, nem figura alguma do que está em cima do céu, nem embaixo na Terra, nem do que quer que esteja nas águas sob a terra. Não os adorareis e não lhes prestareis culto soberano.
- II.** Não pronunciareis em vão o nome do Senhor, vosso Deus.
- III.** Lembrai-vos de santificar o dia do sábado.
- IV.** Honrai a vosso pai e a vossa mãe, a fim de viverdes longo tempo na terra que o Senhor vosso Deus vos dará.
- V.** Não mateis.
- VI.** Não cometais adultério.
- VII.** Não roubeis.
- VIII.** Não presteis testemunho falso contra o vosso próximo.
- IX.** Não desejeis a mulher do vosso próximo.
- X.** Não cobiceis a casa do vosso próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu asno, nem qualquer das coisas que lhe pertençam.

É de todos os tempos e de todos os países essa lei e tem, por isso mesmo, caráter divino. Todas as outras são leis que Moisés decretou, obrigado que se via a conter, pelo temor,

um povo de seu natural turbulento e indisciplinado, no qual tinha ele de combater arraigados abusos e preconceitos, adquiridos durante a escravidão do Egito. Para imprimir autoridade às suas leis, houve de lhes atribuir origem divina, conforme o fizeram todos os legisladores dos povos primitivos. A autoridade do homem precisava apoiar-se na autoridade de Deus; mas, só a idéia de um Deus terrível podia impressionar criaturas ignorantes, em as quais ainda pouco desenvolvidos se encontravam o senso moral e o sentimento de uma justiça reta. É evidente que aquele que incluía, entre os seus mandamentos, este: “Não matareis; não causareis dano ao vosso próximo”, não poderia contradizer-se, fazendo da exterminação um dever. As leis mosaicas, propriamente ditas, revestiam, pois, um caráter essencialmente transitório.

Nota (1) Allan Kardec cita a parte mais importante do primeiro mandamento, e deixa de transcrever as seguintes frases: “... porque eu, o Senhor vosso Deus, sou Deus zeloso, que puno a iniquidade dos pais nos filhos, na terceira e na quarta gerações daqueles que me aborrecem, e uso de misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.” — (ÊXODO, XX, 5 e 6.) Nas traduções feitas pelas Igrejas católica e protestantes, essa parte do mandamento foi truncada para harmonizá-la com a doutrina da encarnação única da alma. Onde está “na terceira e na quarta gerações”, conforme a tradução Brasileira da Bíblia, a Vulgata Latina (in tertiam et quartam generationem), a tradução de Zamenhof (en la tria kaj kvara generacioj), mudaram o texto para “até à terceira e quarta gerações”.

Esses textos truncados que aparecem na tradução da Igreja Anglicana, na Católica de Figueiredo, na Protestante de Almeida e outras, tornam monstruosa a justiça divina, pois que filhos, netos, bisnetos, tetranetos inocentes teriam de ser castigados pelo pecado dos pais, avós, bisavós, tetravós. Foi uma infeliz tentativa de acomodação da Lei à vida única. O texto certo que, por mercê de Deus, já está reproduzido pelas edições recentíssimas a que nos referimos - traduções Brasileira e de Zamenhof —, que conferem com S. Jerônimo, mostra que a Lei ensina veladamente a reencarnação e as expiações e provas. Na primeira e na segunda gerações, como contemporâneos de seus filhos e netos, o Espírito culpado ainda não reencarnou, mas, um pouco mais tarde — na terceira e quarta gerações — já ele voltou e recebe as conseqüências de suas faltas. Assim, o culpado mesmo, e não outrem, paga sua dívida. Logo, têm-se de excluir a primeira 1ª e 2ª gerações e expressar “na” 3ª e 4ª, como realmente é o original.

Achamos conveniente acrescentar aqui esta nota, para facilitar a compreensão do estudioso que confronte a sua tradução da Bíblia com a citação do Mestre — A Editora da FEB, 1947.

O Cristo

Jesus não veio destruir a lei, isto é, a lei de Deus; veio cumpri-la, isto é, desenvolvê-la, dar-lhe o verdadeiro sentido e adaptá-la ao grau de adiantamento dos homens. Por isso é que se nos depara, nessa lei, o princípio dos deveres para com Deus e para com o próximo, base da sua doutrina. Quanto às leis de Moisés, propriamente ditas, ele, ao contrário, as modificou profundamente, quer na substância, quer na forma.

Combatendo constantemente o abuso das práticas exteriores e as falsas interpretações, por mais radical reforma não podia fazê-las passar, do que as reduzindo a esta única prescri-

ção: “Amar a Deus acima de todas as coisas e o próximo como a si mesmo”, e acrescentando: aí estão a lei toda e os profetas.

Por estas palavras: “O céu e a Terra não passarão sem que tudo esteja cumprido até o último iota”, quis dizer Jesus ser necessário que a lei de Deus tivesse cumprimento integral, isto é, fosse praticada na Terra inteira, em toda a sua pureza, com todas as suas ampliações e conseqüências. Efetivamente, de que serviria haver sido promulgada aquela lei, se ela devesse constituir privilégio de alguns homens, ou, sequer, de um único povo? Sendo filhos de Deus todos os homens, todos, sem distinção nenhuma, são objeto da mesma solicitude.

Mas, o papel de Jesus não foi o de um simples legislador moralista, tendo por exclusiva autoridade a sua palavra. Cabia-lhe dar cumprimento às profecias que lhe anunciaram o advento; a autoridade lhe vinha da natureza excepcional do seu Espírito e da sua missão divina. Ele viera ensinar aos homens que a verdadeira vida não é a que transcorre na Terra e sim a que é vivida no reino dos céus; viera ensinar-lhes o caminho que a esse reino conduz, os meios de eles se reconciliarem com Deus e de pressentirem esses meios na marcha das coisas por vir, para a realização dos destinos humanos. Entretanto, não disse tudo, limitando-se, respeito a muitos pontos, a lançar o gérmen de verdades que, segundo ele próprio o declarou, ainda não podiam ser compreendidas. Falou de tudo, mas em termos mais ou menos implícitos. Para ser apreendido o sentido oculto de algumas palavras suas, mister se fazia que novas idéias e novos conhecimentos lhes trouxessem a chave indispensável, idéias que, porém, não podiam surgir antes que o espírito humano houvesse alcançado um certo grau de madureza.

A Ciência tinha de contribuir poderosamente para a eclosão e o desenvolvimento de tais idéias. Importava, pois, dar à Ciência tempo para progredir.

A importância deste texto está na identificação de que as Leis Universais são entendidas e praticadas com o crescimento moral e intelectual do ser humano.

De forma lenta e progressiva, o homem se eleva, percebendo e interpretando Deus. E cada vez mais, percorre caminhos mais seguros em direção à perfeição.

Podemos ver também que existem dois aspectos envolvidos:

* Um é o caráter divino dos ensinamentos. As leis imutáveis que regem o Universo.

* O outro é de caráter civil. Leis que regem os costumes de um povo. Ou seja, sua cultura.

Para nossos estudos, perceber esses dois aspectos é extremamente importante.

Saber defini-los, é saber compreender atitudes e características, motivações e execuções, levadas a efeito em nome da ciência ou da religião.